



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS

Processo Legislativo nº 73/2024

Parecer Jurídico nº: 054/2024

O Projeto de Lei nº 2.860, de 23 de maio de 2024 de autoria do Poder Executivo, o qual busca alvará do Poder Legislativo para suplementação de verba orçamentária por excesso de arrecadação, no orçamento do exercício do ano de 2024, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para o Executivo realizar ações emergenciais para recuperar estruturas afetadas pelas chuvas, que causaram diversos danos no Município de Barão, a verba é oriunda do Programa de Apoio da Defesa Civil do Governo Estadual.

A Lei Orgânica Municipal determina em seu artigo 42, inciso V, in verbis:

Art. 42 – Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:
V – autorizar abertura de créditos suplementares e especiais, e deliberar sobre os créditos extraordinários abertos pelo Executivo.

Assim, o Poder Executivo tem prerrogativa para requer e a Câmara de Vereadores possui competência para autorizar a suplementação de verba orçamentária por excesso de arrecadação no orçamento do ano de 2024, nos termos da Lei Orgânica do Município e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, salvo melhor juízo, o presente Projeto de lei atende aos requisitos legais quanto a proposição e a matéria, portanto esta assessoria, após análise, **OPINA pela Legalidade e Constitucionalidade do mesmo**, tendo em vista que estão de acordo com a previsão da Lei de Responsabilidades Fiscal e a Lei Orgânica Municipal, estando apto a ser analisado pelos Nobres Vereadores da Comissão para a análise e pertinência do presente projeto de Lei.

É o parecer.

Barão/RS, 27 de maio de 2024.

Elisane Maciel Silva
OAB/RS 96.540